

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

1.1. A partir da decisão unânime do Supremo Tribunal Federal (STF), que julgou procedente as Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 492 e 493, os serviços de loterias foram declarados como de natureza de serviço público, podendo ser explorados pelos Municípios e, com a sanção da Lei Municipal nº 5.042/2024, o Município de CATAGUASES-MG foi autorizado pelo Poder Legislativo a explorá-los sob quaisquer das modalidades lotéricas previstas na legislação federal vigente, sendo consumada diretamente pelo Poder Executivo ou, alternativamente, por meio de Concessão, permissão, credenciamento ou outras modalidades de contratação ou parcerias previstas em lei, observadas as normas e atos regulamentares pertinentes.

2.2 A Portaria Municipal nº 618/2024 instituiu o COMITÊ GESTOR, órgão responsável pela implantação da Loteria de Cataguases-MG e, tendo em vista o potencial vislumbrado de arrecadação para o Município, por meio da exploração dos serviços públicos de loterias, cujo papel social é o financiamento de políticas sociais, a Lei Municipal 5.042/2024 (que criou a LOTO CAT – Loteria de Cataguases) estabeleceu, em seu Art. 5º incs. I ao VI, a destinação dos recursos captados por meio de loterias, direcionando-os para o custeio de ações nas áreas de assistência social, saúde, esporte, cultura, meio ambiente, acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência ou idosas, excluindo as despesas destinadas ao pagamento de despesas operacionais, prêmios e respectivo Imposto de Renda.

2.3 Nesse sentido, a Prefeitura Municipal de Cataguases-MG, por intermédio da Secretaria de Fazenda, nos termos do artigo 2º e seguintes da Lei nº 5.042, de 09 de agosto de 2024, e conforme os artigos 78 e 81 da Lei 14.133 de 1º de Abril de 2021 e o Decreto nº 4.807/2017 - que estabelece o Procedimento de Manifestação de Interesse da Iniciativa Privada – PMI; realizou o EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO SEFAZ – 001/2024, que culminou na elaboração de ESTUDOS (análise jurídico-institucional, técnico-operacional e econômico-financeira) para a operação de serviços lotéricos no Município de Cataguases, resultando em diretrizes, a fim de subsidiar sua modelagem, para sua implantação e desenvolvimento.

2.4 A par destes diplomas legislativo, devem ser acrescidas a Lei Federal nº 8.987/1995, que regulamenta o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, em conjunto com a Lei Federal nº 11.079/2004, que estabelece o prazo mínimo e máximo para duração dos contratos de PPP's.



2.5 Assim, foi identificada, como imperiosa, a necessidade de promover o desenvolvimento econômico local, a partir da geração de novas fontes de receita e do aprimoramento da gestão pública sendo que, o credenciamento de empresas para a exploração de loterias oferece ao município a oportunidade de aumentar suas receitas sem depender de novos impostos ou investimentos diretos do erário público, sendo que, o modelo de concessão permite o aproveitamento de tecnologias avançadas para atender à crescente demanda por serviços de apostas online, em conformidade com a legislação vigente, atendendo diretamente ao interesse público.

2.6 Nos termos do art. 186 da Lei nº 14.133/2021 aplicam-se, subsidiariamente às disposições desta, a Lei nº 8.987/95, sendo a modalidade de licitação indicada a CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA que, para melhor eficiência do certame na disputa, haverá INVERSÃO DAS FASES nos termos do artigo 18-A da Lei 8.987/95, ou seja, a fase de classificação das propostas será realizada antes da fase de habilitação; além disso, o critério de julgamento indicado é o de MAIOR OFERTA PELA OUTORGA DA CONCESSÃO, nos termos do artigo 15, II do mesmo diploma, seguindo o modo de disputa será aberto.

2. PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRAÇÕES

2.1. A Administração Pública está em processo de adequação à nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei Federal nº 14.133/2021), que alterou significativamente o regime jurídico das contratações públicas, portanto o PCA ainda está em fase de elaboração para posterior publicação.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. A CONCESSIONÁRIA deverá:

- a)** Atender, em seus serviços, às especificações mínimas descritas no Termo de Referência;
- b)** Comprovar a capacidade técnica e experiência na realização do serviço;
- c)** Garantir a qualidade dos serviços a serem prestados, assegurando a conformidade com as normas pertinentes;
- d)** Conter equipe técnica qualificada e capacitada, incluindo profissionais com experiência comprovada na atuação correspondente;
- e)** Disponibilizar recursos e ferramentas adequados para a execução eficaz dos seus serviços.

3.2. SUSTENTABILIDADE



3.2.1. Considerando a natureza do objeto – concessão para exploração de serviços públicos lotéricos, não foram identificados critérios específicos de sustentabilidade ambiental, social ou econômica diretamente aplicáveis à presente contratação, por não envolver aquisição de bens de consumo pela Administração nem atividade de impacto ambiental relevante.

3.2.2. Ainda assim, a presente contratação observará, sempre que possível, os princípios do desenvolvimento nacional sustentável, da eficiência e da economicidade, conforme os arts. 5º e 11, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, recomendando-se à futura concessionária a adoção de boas práticas de responsabilidade socioambiental no exercício de suas atividades, em especial no que se refere à inclusão, acessibilidade, consumo consciente de recursos e segurança da informação.

3.3 SUBCONCESSÃO

3.3.1. É vedada, sob qualquer hipótese, a subconcessão do objeto desta concessão.

3.4. SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL DE SERVIÇOS ACESSÓRIOS

3.4.1. A subcontratação parcial de serviços acessórios é admitida, desde que previamente aprovada pelo Poder Concedente e limitada às atividades de apoio à operação do objeto, conforme estabelecido neste Termo de Referência, no edital e em seus anexos. A responsabilidade integral pela execução e resultados do contrato permanece da Concessionária, correndo por sua conta e risco.

3.4.2. O Poder Concedente, por meio da Comissão Especial de Licitação, delimita expressamente:

a) São **vedadas à terceirização** as seguintes atividades:

- A gestão e exploração do negócio lotérico em si, incluindo o planejamento estratégico, desenvolvimento e implementação das modalidades de jogos, bem como a relação direta com apostadores e revendedores, e a responsabilidade pelo cumprimento de obrigações regulatórias, fiscais e contratuais.

b) São **admitidas à subcontratação**, mediante aprovação prévia e sob responsabilidade da Concessionária, as seguintes atividades de natureza acessória:

- Serviços de publicidade, propaganda e promoção;
- Serviços de tecnologia da informação;
- Provedores de serviços de internet;
- Provedores de softwares e plataformas de jogos;
- Provedores de soluções de meios de pagamento;
- Provedores de serviços em nuvem.

c) A Concessionária deverá obrigatoriamente contratar instituição de pagamento ou instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil, para realizar a gestão das



operações de Cash In (entrada de recursos) e Cash Out (pagamentos a usuários e premiação).

3.4.3. O Poder Concedente poderá, a qualquer tempo, requerer informações, documentos ou relatórios relacionados aos contratos firmados com terceiros, no que se refere às atividades acessórias previstas neste instrumento.

3.4.4. Os terceiros contratados deverão demonstrar:

- Regularidade fiscal e trabalhista;
- Higiene financeira;
- Capacidade operacional;
- Habilidade técnica compatível com o escopo contratado.

3.4.4.1. A Concessionária será plenamente responsável pelos atos, omissões, falhas e prejuízos decorrentes da atuação dos terceiros subcontratados, perante o Poder Concedente e perante terceiros.

3.4.5. Os contratos celebrados entre a Concessionária e seus fornecedores ou prestadores de serviço serão regidos pelo direito privado, devendo conter cláusula expressa de sub-rogação ao Poder Concedente, a ser exercida a critério exclusivo deste, em caso de inadimplemento ou necessidade de continuidade do serviço.

3.4.6. A Concessionária é a única responsável pelo cumprimento de obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução direta ou indireta do contrato, não havendo solidariedade ou subsidiariedade do Poder Concedente.

3.4.7. Caberá à Concessionária verificar, previamente à contratação de terceiros, a compatibilidade da experiência, estrutura e capacidade técnica dos mesmos com as obrigações assumidas, garantindo o cumprimento integral das metas contratuais.

3.5 GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

3.5.1. A CONCESSIONÁRIA deverá manter em favor do CONCEDENTE, como garantia de execução contratual, nos termos do art. 96 da Lei Federal n.º 14.133/2021, no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor contratual anual.

3.5.2. O valor do Contrato, para o primeiro ano, corresponderá ao valor da outorga fixa; e, a partir do segundo ano e até o final do prazo do contrato, corresponderá ao montante total arrecadado nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores.

3.5.3. A CONCESSIONÁRIA deverá prestar a garantia contratual no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar do início da operação dos serviços lotéricos, podendo tal prazo ser prorrogado, mediante solicitação formal da Interessada, por um único e igual período.

3.5.4. Caso a opção de garantia recaia sobre a modalidade de seguro garantia, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar a apólice no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da homologação da licitação e antes da assinatura do contrato. A apólice deverá



prever cobertura de todas as obrigações contratuais; atualização mediante endossos, em caso de alterações de vigência ou reequilíbrio e renovação em caso de prorrogação contratual.

3.5.5. Se a garantia for prestada em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado na conta bancária oficial indicada pelo CONCEDENTE, com vinculação contratual expressa.

3.5.6. Se a opção for pela prestação da garantia mediante títulos da dívida pública, estes deverão ter sido emitidos sob a forma escritural, registrados em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

3.5.7. Para a garantia na modalidade de fiança bancária, esta deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil. Além disso, deverá constar expressamente a renúncia do fiador aos benefícios previstos no artigo 827 do Código Civil.

3.5.8. A CONCESSIONÁRIA deverá manter a garantia válida, atualizada e integralmente eficaz durante toda a execução contratual, e por no mínimo 3 (três) meses após o término do contrato, renovando-a sempre que houver prorrogação contratual, alteração no objeto ou reequilíbrio econômico-financeiro.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

4.1. Trata-se de prestação de serviço público de loteria, criado através da Lei Municipal nº 5.042/2024. Com base nas análises realizadas pela Prefeitura Municipal de Cataguases, o objeto a ser contratação demanda estrutura operacional especializada, abrangendo aspectos técnicos, administrativos, tecnológicos e de segurança, bem como o cumprimento rigoroso de normas específicas de controle e auditoria.

4.1.1. Dessa forma, a execução direta desses serviços pela Administração Pública Municipal mostra-se inviável, pelos seguintes motivos:

- a) Insuficiência de recursos humanos qualificados - o quadro de servidores municipais não dispõe de profissionais com capacitação técnica específica para operar, gerenciar e controlar as atividades lotéricas, o que exigiria a realização de concursos ou contratações especializadas, gerando custos adicionais e aumento da estrutura administrativa;
- b) Necessidade de investimentos significativos - a implantação e manutenção de sistemas informatizados de gestão, terminais de atendimento, segurança física e digital, bem como o cumprimento de requisitos legais e regulatórios, demandariam vultuosos



investimentos com recursos próprios, que poderiam comprometer o orçamento municipal;

- c) Risco operacional e de gestão - a gestão direta de atividades lotéricas implica assumir riscos operacionais, financeiros e de segurança que fogem à expertise da Administração Municipal, podendo ocasionar prejuízos e responsabilidade direta do ente público.

4.1.2. Diante dos fatores acima identificados, torna-se mais eficiente a concessão dos serviços públicos lotéricas para pessoa jurídica devidamente habilitada e qualificada, nos termos da legislação municipal e decreto regulamentador, garantindo que a população tenha acesso ao serviço com qualidade, eficiência, controle e fiscalização.

5. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES

5.1. Trata-se de uma única concessão de prestação de serviços públicos lotéricos no Município de Cataguases, a ser realizada na modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, cujo critério de julgamento é MAIOR OFERTA PELA OUTORGA DA CONCESSÃO.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

6.1. DO VALOR DE OUTORGA

6.1.1. Conforme levantado no Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), devido à aplicação de um custo de capital (WACC) flexível para viabilizar a ampliação da participação de potenciais interessados no certame, conforme a orientação do Ministério da Fazenda na Metodologia de Cálculo do WACC (Brasília, 2018), recomenda-se que a outorga fixa mínima seja equivalente ao valor presente líquido total do empreendimento. Assim, o montante de R\$ 121.685,93 será o valor de referência para a concorrência, servindo como ponto de partida para propostas superiores, impulsionadas pela eficiência e pelas estratégias diferenciadas de cada participante.

6.1.2. Quanto à outorga variável, considerando a incerteza do empreendimento, que poderá resultar em um volume de mercado superior e uma operação mais rentável do que o estimado neste estudo, recomenda-se o percentual equilibrado com base na análise dos autores.

OUTORGA FIXA MÍNIMA	OUTORGA VARIÁVEL
R\$ 121.685,93	5,0%



7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1. Opta-se pela celebração de contrato de concessão administrativa, com base na Lei Federal nº 8.987/1995, visando à delegação, em regime de exclusividade, da prestação dos serviços públicos lotéricos no Município de Cataguases-MG, sob a denominação oficial de LOTOCAT – Loteria do Município de Cataguases.

A contratação será realizada com pessoa jurídica habilitada e qualificada, por meio de Concorrência Pública Eletrônica, com adoção do critério de julgamento de maior oferta pela outorga da concessão, nos termos do art. 15, inciso II, da Lei nº 8.987/1995. A concessão abrangerá a implantação, operação, gestão, modernização e manutenção dos serviços lotéricos, nas seguintes modalidades:

- I – Modalidade lotérica passiva: modalidade em que o apostador adquire bilhete já numerado, em meio físico (impresso) ou virtual (eletrônico e on-line disponibilizado na internet);
- II – Modalidade de concurso de prognósticos numéricos: modalidade em que o apostador tenta prever quais serão os números sorteados no concurso;
- III – Modalidade de concurso de prognóstico específico: modalidade instituída pela Lei Federal nº 11.345, de 14 de setembro de 2006;
- IV – Modalidade de prognósticos esportivos: modalidade em que o apostador tenta prever o resultado de eventos esportivos;
- V – Modalidade lotérica de resultado instantânea: modalidade que apresenta, de imediato, se o apostador foi ou não contemplado com alguma premiação.
- VI - Aposta de Quota Fixa: modalidade que consiste em sistema de apostas relativas a eventos reais ou virtuais em que é definido, no momento de efetivação da aposta, quanto o apostador pode ganhar em caso de acerto do prognóstico.

7.2. A escolha pela concessão do serviço através, de licitação na modalidade concorrência, se deu em razão:

- I. do município não possuir, em seu quadro funcional, servidores capacitados em prestar tal tarefa especializada, nem guardar alguma *expertise* na exploração deste serviço público, não podendo entregar um serviço eficaz à população;
- II. da necessidade de encontrar parceiro privado adequado para a exploração do serviço público;
- III. da contratação objeto deste certame envolver bens e serviços especiais, que não permitem definição objetiva em razão de sua alta heterogeneidade ou complexidade, nos termos do art. 6º, inciso XIV, da Lei Federal nº 14.133/2021;



7.3. Portanto, todos os elementos dispostos neste Termo de Referência possibilitam que a contratação produza os efeitos pretendidos, de forma satisfatória para a Administração, gerando incremento social e financeiro.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

8.1. Não haverá parcelamento da contratação, uma vez que trata-se de uma única concessão de prestação de serviços públicos lotéricos.

8.2. A contratação dos serviços públicos lotéricos envolve um conjunto de atividades interdependentes e integradas, tais como: fornecimento de equipamentos e sistemas informatizados, operação e gestão das apostas, controle financeiro, segurança física e digital, atendimento ao público, manutenção e suporte técnico, bem como o cumprimento de normas regulatórias e fiscais específicas do setor. Desse modo, o parcelamento do objeto não se mostra vantajoso, pois acarretaria riscos e prejuízos à eficiência.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

9.1. A concessão para a prestação dos serviços públicos lotéricos no Município de Cataguases tem como objetivo assegurar a exploração eficiente, segura e transparente das modalidades autorizadas pela legislação federal, de forma a promover benefícios econômicos e sociais para a população e para a Administração Pública. Para garantir o alcance dos resultados pretendidos, a concessão será estruturada com base nos seguintes compromissos e mecanismos:

- a) Qualidade e continuidade do serviço – a concessionária deverá manter a operação ininterrupta, com padrões de qualidade previamente definidos, assegurando o pleno funcionamento dos sistemas, equipamentos e atendimento ao público.
- b) Segurança operacional e tecnológica – serão adotados sistemas informatizados certificados e protegidos contra fraudes, garantindo a integridade das informações, o sigilo das apostas e o controle preciso das receitas.
- c) Cumprimento de metas e indicadores – o contrato estabelecerá metas quantitativas e qualitativas, tais como: nível mínimo de disponibilidade do sistema, tempo de resposta para manutenção, prazos para pagamento de prêmios e percentual de repasse ao Município, possibilitando a avaliação objetiva do desempenho da concessionária.



- d) Fiscalização e transparência – a concessionária deverá fornecer relatórios periódicos de operação e resultados, permitindo o acompanhamento e a fiscalização pela Administração Municipal, bem como o acesso a registros contábeis e operacionais sempre que solicitado.
- e) Garantias contratuais e financeiras – a concessionária apresentará garantias previstas em lei (caução, seguro-garantia ou fiança bancária), assegurando a execução das obrigações assumidas e resguardando o Município em caso de descumprimento contratual.
- f) Promoção do interesse público – parte da receita obtida com a exploração dos serviços será destinada ao Município, conforme previsto em contrato, contribuindo para o financiamento de políticas públicas e investimentos locais.

9.2. Com esses instrumentos, busca-se assegurar que a concessão dos serviços públicos lotéricos atinja plenamente seus objetivos, garantindo eficiência, segurança, retorno financeiro e atendimento de qualidade à população, em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e transparência.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

10.1. Para esta solução não há necessidade de ajustes de qualquer natureza, adotados pela Administração.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATO-INTERDEPENDENTES

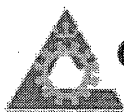
11.1. Não há contratações correlatas com o objeto desta contratação em vigência.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

12.1. Não há impactos ambientais consideráveis para esta contratação.

13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

13.1. O presente estudo levantou os elementos essenciais que irão compor o Termo de Referência e demonstrou ser viável a contratação demandada, cabendo ressaltar que os riscos envolvidos são administráveis e os custos previstos são compatíveis e se caracterizam pela economicidade.

**14. ANÁLISE DE RISCO**

ESCALA DE NÍVEL DE RISCO	
NÍVEIS	PONTUAÇÃO
RC - RISCO CRÍTICO	$\geq 15 \leq 25$ (maior igual a quinze e menor igual a 25)
RA - RISCO ALTO	$\geq 8 \leq 12$ (maior igual a 8 e menor igual a 12)
RM- RISCO MODERADO	$\geq 4 \leq 6$ (maior igual a 4 e menor igual a 6)
RP - RISCO PEQUENO	$\geq 1 \leq 3$ (maior igual a 1 e menor igual a 3).

Nº	NÍVEL DE RISCO	DESCRIÇÃO DO RISCO	AÇÃO PREVENTIVA / MITIGADORA	ETAPA DA CONTRATAÇÃO / RESPONSÁVEL
1	Médio	Prestação dos serviços em desacordo com as especificações	Notificação à contratada para regularização dos serviços.	Fiscal do contrato
2	Médio	Falta de estrutura e logística da contratada	Realizar todas as etapas de comprovação da capacidade operacional	Comitê gestor / fiscal do contrato
4	Baixo	Divergência entre o disposto no edital e a prestação dos serviços efetivamente contratados	Controle e fiscalização durante a prestação dos serviços	Comitê gestor / fiscal do contrato

15.1. CONCLUSÃO DA ANÁLISE DE RISCOS

15.1.1. Com base na análise de riscos elaborado para o processo de contratação em questão, verifica-se que os riscos identificados foram adequadamente avaliados, classificados quanto ao seu nível de impacto (baixo, médio e alto) e acompanhados de medidas preventivas e mitigadoras compatíveis com sua criticidade.



15.1.2. As ações preventivas propostas, como a exigência de sede/unidade operacional próxima, previsão de cláusulas de penalidade por atraso, comprovação da capacidade técnica e logística na fase de habilitação, inspeções rigorosas no recebimento dos materiais e planejamento orçamentário antecipado, demonstram a adoção de controles eficazes para garantir o êxito na execução contratual.

15.1.3. Diante do exposto, conclui-se que a presente contratação é viável e apresenta riscos plenamente gerenciáveis. As medidas adotadas no planejamento mitigam os principais pontos críticos identificados, assegurando segurança jurídica, eficiência administrativa e vantajosidade à Administração Pública.

15.1.4. Assim, é favorável a continuidade da contratação, respeitados os termos definidos no Estudo Técnico Preliminar, no Termo de Referência e nos instrumentos de controle previstos no processo licitatório.

Tiago Rodrigues de Souza Reis

Elaboração do ETP e Análise de Riscos

Tiago Rodrigues de S. Reis
SECRETÁRIO DE FAZENDA
MATRÍCULA: 315313



FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

Sector requisitante: Secretaria de Fazenda

E-mail: compras@cataguases.mg.gov.br

Telefone: (32) 3429-2500

Objeto: Prestação dos serviços públicos lotéricos no Município de Cataguases-MG, sob a denominação oficial de LOTOCAT – Loteria do Município de Cataguases, mediante concessão outorgada à pessoa jurídica habilitada e qualificada.

Justificativa da necessidade da contratação: A partir da decisão unânime do Supremo Tribunal Federal (STF), que julgou procedente as Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 492 e 493, os serviços de loterias foram declarados como de natureza de serviço público, podendo ser explorados pelos Municípios e, com a sanção da Lei Municipal nº 5.042/2024, o Município de CATAGUASES-MG foi autorizado pelo Poder Legislativo a explorá-los sob quaisquer das modalidades lotéricas previstas na legislação federal vigente, sendo consumada diretamente pelo Poder Executivo ou, alternativamente, por meio de Concessão, permissão, credenciamento ou outras modalidades de contratação ou parcerias previstas em lei, observadas as normas e atos regulamentares pertinentes.

Dotação orçamentária: Não há disponibilidade de recursos orçamentários do Município de Cataguases para a presente contratação, visto que as despesas relativas aos serviços especificados correrão por conta da CONCESSIONÁRIA. O ingresso das receitas públicas será registrado em conta contábil específica, indicada pelo CONCEDENTE.

Responsável pela Formalização da Demanda: Tiago Rodrigues de Souza Reis

Tiago Rodrigues de Souza Reis
Secretário de Fazenda

Tiago Rodrigues de S. Reis
SECRETÁRIO DE FAZENDA
MATRÍCULA: 315313